

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

**Demonstrações financeiras
consolidadas do conglomerado
prudencial em 30 de junho de 2017**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial	4
Balanço patrimonial	8
Demonstração do resultado	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstração do fluxo de caixa	11
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Srs. Acionistas

Submetemos à apreciação de V.S^{as} as Demonstrações financeiras Consolidadas - Conglomerado Prudencial, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2017, acompanhadas do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações financeiras .

Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do semestre, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

Foram distribuídos dividendos referente lucros acumulados em períodos anteriores no montante de R\$ 13 milhões (R\$ 13 milhões em 2016).

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido do conglomerado prudencial ao final do semestre é R\$ 278.574 milhões (R\$ 250.183 milhões em 2016).

O lucro dos semestres é R\$ 32.075 milhões (R\$ 10.755 milhões em 2016).

São Paulo, 19 de Janeiro de 2018.



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Aos Diretores da
OMNI S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (instituição líder do Conglomerado)
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial OMNI S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Financeira”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas Demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN), descritos na nota explicativa 2.

Em nossa opinião, as Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial OMNI S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 30 de junho de 2017, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e semestre findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de Demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas Demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa 2 às referidas demonstrações.



Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação a Financeira e suas entidades consolidadas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das Demonstrações financeiras Consolidadas do Conglomerado Prudencial OMNI S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento.

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativas 2 às referidas Demonstrações financeiras consolidadas que divulgam que as Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração da OMNI S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente o nosso relatório sobre essas Demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

A OMNI S.A. elaborou um conjunto de Demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e semestre findos em 30 de junho de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, sobre as quais emitimos relatório de auditoria sem modificações em 28 de março de 2017.

Responsabilidades da administração pelas Demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das referidas Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritas na nota explicativa 2, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das Demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as Demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela administração de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do Bacen, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais- Auditoria de Demonstrações financeiras de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das Demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as Demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.




- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as Demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de janeiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP160769/O-0

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Balanco patrimonial - Conglomerado Prudencial

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo	Nota	2017	2016
Circulante		2.034.294	1.518.530	Circulante		1.134.591	1.137.005
Disponibilidades	4	2.542	3.529	Depósitos	13	241.965	186.244
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	380.978	84.539	Depósitos interfinanceiros		-	14.223
Aplicações no mercado aberto		380.978	78.005	Depósitos a prazo		241.965	172.021
Aplicações em depósitos interfinanceiros		-	6.534	Recursos de aceites e emissão de títulos	13	657.881	349.426
Títulos e valores mobiliários	6	7.787	55.470	Recursos de aceites cambiais		657.881	349.426
Carteira própria		7.702	49.631	Outras obrigações		234.745	601.335
Vinculados à prestação de garantias		85	5.839	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.240	788
Instrumentos financeiros derivativos	7	11.328	272	Sociais e estatutárias		-	951
Relações Interfinanceiras		31	-	Fiscais e previdenciárias		48.179	55.910
Correspondentes		31	-	Credores por antecipação de valor residual		4.729	5.684
Operações de crédito	8	1.252.525	1.121.627	Obrigações por cotas de fundos de investimentos	14	173.799	103.243
Setor privado		1.568.671	1.777.427	Diversas		-	-
Operações de crédito vinculadas a cessão		76.545	482.325	Exigível a longo prazo		1.377.322	1.072.982
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(392.691)	(1.138.125)	Depósitos	13	366.258	350.323
Operações de arrendamento mercantil	9	(1.924)	(919)	Depósitos interfinanceiros		-	-
Arrendamento mercantil a receber - setor privado		3.374	3.535	Depósitos a prazo		366.258	350.323
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(3.084)	(3.430)	Recursos de aceites e emissão de títulos	13	801.506	633.069
(Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(2.214)	(1.024)	Recursos de aceites cambiais		801.506	633.069
Outros créditos	10	348.628	186.821	Outras obrigações		209.558	89.590
Diversos		350.284	188.197	Instrumentos de dívida elegíveis a capital	13	98.340	83.412
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(1.656)	(1.376)	Credores por antecipação de valor residual		11.028	6.178
Outros valores e bens		32.399	67.191	Diversas	14	100.190	-
Bens não destinados a uso	11a	4.821	3.748	Resultado de exercícios futuros		4.022	2.213
Provisões para desvalorização	11a	(1.349)	(903)	Resultado de exercícios futuros		4.022	2.213
Despesas antecipadas	11b	28.927	64.346	Patrimônio líquido	17	278.574	250.183
Realizável a longo prazo		728.758	915.554	Capital		164.088	164.088
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	2.626	4.878	De domiciliados no País		164.088	164.088
Aplicações no mercado aberto		2.626	4.878			-	-
Títulos e valores mobiliários	6	35.603	71.828	Ajustes de avaliação patrimonial		(7)	18
Carteira própria		35.042	58.341	Reserva de lucros		108.727	84.384
Vinculados à prestação de garantias		561	13.487	Participação de não controladores		5.766	1.693
Instrumentos Financeiros Derivativos	7	-	1.410				
Operações de crédito	8	471.420	479.740				
Setor privado		511.181	350.319				
Operações de crédito vinculadas a cessão		17.421	183.203				
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)		(57.182)	(53.782)				
Operações de arrendamento mercantil	9	(1)	(824)				
Arrendamento mercantil a receber - setor privado		2.742	5.028				
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)		(2.742)	(4.916)				
(Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)		(1)	(936)				
Outros créditos	10	190.389	314.874				
Diversos		190.389	314.874				
Outros valores e bens	11b	28.721	43.648				
Despesas antecipadas		28.721	43.648				
Permanente		31.457	28.299				
Imobilizado de arrendamento	12	29.039	25.679				
Bens arrendados		27.495	24.249				
Superveniência de depreciação		11.881	9.437				
(Depreciação acumulada)		(10.337)	(8.007)				
Imobilizado de uso		2.418	2.620				
Outras imobilizações de uso		7.889	7.689				
(Depreciação acumulada)		(5.471)	(5.069)				
Total do ativo		<u>2.794.509</u>	<u>2.462.383</u>	Total do passivo		<u>2.794.509</u>	<u>2.462.383</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração do resultado - Conglomerado Prudencial

Semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2017	2017	2016
Receitas da intermediação financeira		706.506	706.506	512.727
Operações de crédito	8f	674.460	674.460	481.548
Resultado de operações de arrendamento mercantil		2.366	2.366	1.355
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6b	19.343	19.343	16.743
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7b	10.337	10.337	13.081
Despesas da intermediação financeira		(308.525)	(308.525)	(287.217)
Operações de captação no mercado	13b	(153.251)	(153.251)	(170.014)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(387)	(387)	(1.130)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8g	(154.887)	(154.887)	(116.073)
Resultado bruto da intermediação financeira		397.981	397.981	225.510
Outras receitas (despesas) operacionais		(364.787)	(364.787)	(214.979)
Receitas de prestação de serviços	18	47.244	47.244	52.012
Despesas de pessoal	19	(26.086)	(26.086)	(16.035)
Outras despesas administrativas	20	(182.907)	(182.907)	(163.254)
Despesas tributárias	21	(20.229)	(20.229)	(19.506)
Resultado de participações societárias		35	35	(1.168)
Outras receitas operacionais	22	15.887	15.887	12.156
Outras despesas operacionais	23	(198.731)	(198.731)	(79.184)
Resultado operacional		33.194	33.194	10.531
Resultado não operacional		(399)	(399)	54
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		32.795	32.795	10.585
Imposto de renda e contribuição social		(720)	(720)	170
Provisão para imposto de renda		(3.855)	(3.855)	(2.958)
Provisão para contribuição social		(1.938)	(1.938)	(1.198)
Ativo fiscal diferido		5.073	5.073	4.326
Lucro líquido dos semestres		32.075	32.075	10.755

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração da mutação do patrimônio líquido - Conglomerado Prudencial

Semestres findos em 30 de junho 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Capital	Capital à integralizar	Reserva		Ajustes de Avaliação Patrimonial	Participação de não Controladores	Lucros/prejuízo s acumulados	Total
			Legal	Lucros				
Saldos em 31 de dezembro de 2015	222.718	-	2.263	32.435	26	158	-	257.600
Redução de Capital AGE	(5.000)	-	-	-	-	-	-	(5.000)
Ajuste de períodos anteriores	(53.630)	-	-	51.931	-	-	-	(1.699)
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	-	-	(8)	-	-	(8)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(13.000)	-	-	-	(13.000)
Prejuízo do semestre - controlador	-	-	-	-	-	-	10.755	10.755
Lucro do semestre - não controlador	-	-	-	-	-	1.535	-	1.535
Destinações do lucro:								
Reserva legal	-	-	538	-	-	-	(538)	-
Reserva de lucros	-	-	-	10.217	-	-	(10.217)	-
Saldos em 30 de junho 2016	164.088	-	2.801	81.583	18	1.693	-	250.183
Saldos em 31 de dezembro de 2016	164.088	-	4.188	90.319	(1)	947	-	259.541
Ajuste de períodos anteriores	-	-	-	(4.855)	-	-	-	(4.855)
Atualização de títulos patrimoniais	-	-	-	-	(6)	-	-	(6)
Distribuição de dividendos	-	-	-	(13.000)	-	-	-	(13.000)
Lucro do semestre - controlador	-	-	-	-	-	-	32.075	32.075
Lucro do semestre - não controlador	-	-	-	-	-	4.819	-	4.819
Destinações do lucro:								
Reserva legal	-	-	1.604	-	-	-	(1.604)	-
Reserva de lucros	-	-	-	30.471	-	-	(30.471)	-
Saldos em 30 de junho de 2017	164.088	-	5.792	102.935	(7)	5.766	-	278.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto - Conglomerado Prudencial

Semestres findos em 30 de junho 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	2017	2016
Atividades operacionais		
Lucro líquido do semestre antes do imposto de renda e contribuição social	32.795	10.585
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do semestre com o caixa gerado pelas atividades operacionais		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	154.887	116.073
Depreciação	276	219
Provisão de passivos contingentes	10.170	2.157
Perda de imobilizado	-	19
Perdas em outros valores e bens	551	956
Imposto de renda e contribuição social correntes	(5.793)	(4.156)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.073	4.326
Ajuste de períodos anteriores	(4.855)	(1.699)
Ajuste MTM de títulos e valores mobiliários	(6)	(8)
Insuficiência/ Superveniência de depreciação	173	(2.484)
Lucro líquido ajustado	193.271	125.988
(Aumento)/redução nos ativos operacionais	(410.003)	102.072
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.626)	407
Títulos e valores mobiliários	45.743	64.622
Instrumentos financeiros derivativos	(11.328)	8.345
Relações Interfinanceiras	(31)	-
Operações de crédito	(406.530)	104.758
Operações de arrendamento	238	376
Outros créditos	(60.764)	(99.520)
Outros valores e bens	25.295	23.084
Aumento/(redução) nos passivos operacionais	433.648	(226.435)
Depósitos	95.468	48.952
Recursos de aceites cambiais	303.388	68.606
Obrigações por empréstimos e repasses	-	(100.814)
Outras obrigações	34.057	(243.976)
Resultado de exercícios futuros	735	797
Caixa líquido proveniente/utilizado nas atividades operacionais	216.916	1.625
Atividades de investimento		
Imobilizado de uso	(165)	(15)
Imobilizado de arrendamento	4.242	(6.265)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	4.077	(6.280)
Atividades de financiamento		
Redução de capital	-	(5.000)
Distribuição de dividendos	(13.000)	(13.000)
Participação de não controladores no patrimônio	4.819	1.535
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(8.181)	(16.465)
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	212.812	(21.120)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do semestre	170.708	109.188
No fim do semestre	383.520	88.068
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	212.812	(21.120)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Em milhares de reais

1 Contexto operacional

A Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Omni ou Instituição”) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes à carteira de crédito, financiamento e investimento, de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor e a emissão e administração de cartões de crédito e outros meios eletrônicos de pagamento, próprios ou de terceiros, incluindo a administração de pagamentos a estabelecimentos credenciados, decorrentes do uso dos referidos meios eletrônicos de pagamento.

2 Apresentação e elaboração das Demonstrações financeiras consolidadas - conglomerado prudencial

As Demonstrações financeiras consolidadas - conglomerado prudencial foram elaboradas pela administração da Instituição, para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do Conselho Monetário Nacional (CMN) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN). Dessa forma, foram observados requisitos específicos na consolidação e/ou combinação das entidades discriminadas na referida Resolução no 4.280/13 determinados pelo CMN e Bacen, que não necessariamente são os mesmos estabelecidos pela legislação societária e pelo próprio CMN ou Bacen para outros tipos de consolidação. Neste sentido, abrangem as Demonstrações financeiras da Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, empresas controladas e fundos de investimentos, conforme requerido na Resolução no 4.280/13.

Para a elaboração dessas Demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial, foram eliminadas saldos das contas de ativos e passivos entre empresas consolidadas, eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas, bem como foram destacadas a participação referente aos acionistas minoritários.

As políticas e práticas contábeis, os critérios de avaliação, de reconhecimento e de mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas previstos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), requisitos da Resolução nº 4.280/2013, do CMN e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (BACEN) foram considerados para a elaboração das Demonstrações financeiras consolidadas - conglomerado prudencial.

O art. 1º da Resolução nº 4.280/2013, do CMN determina que na elaboração das Demonstrações financeiras consolidadas - conglomerado prudencial, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil de forma consolidada, devem incluir os dados relativos as entidades discriminadas a seguir, localizadas no país ou no exterior, sobre as quais a instituição detenha controle direto ou indireto: (I) instituições financeiras; (II) demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil; (III) administradoras de consórcios; (IV) instituições de pagamento; (V) sociedades de que realizem aquisição de operações de crédito, inclusive imobiliário, ou de direitos creditórios, a exemplo de sociedades de fomento mercantil, sociedades securitizadoras e sociedades de objeto exclusivo; e (VI) outras pessoas jurídicas sediadas no país que tenham por objeto social exclusivo a participação societária nas entidades mencionadas nos itens de I a V. Assim, as Demonstrações financeiras consolidadas - conglomerado prudencial compreendem as seguintes entidades:

Omni S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
*Demonstrações financeiras consolidadas do
conglomerado prudencial em 30 de junho de 2017*

	Atividades	30 de Junho/2017 Participação Total
Instituições Financeiras		
Omni S.A. Crédito, Financiamento e Investimento	Financeira	Controlador
Omni S.A. Arrendamento Mercantil (1)	Arrendamento	100,00%
Banco Pecúnia S/A (1)	Banco	100,00%
Securizadora		
Multibens - Companhia Securizadora de Créditos Financeiros	Securizadora	100,00%
Omni - Companhia Securizadora de Créditos Financeiros (1)	Securizadora	100,00%
Fundos de Investimentos		
Ourinvest Fundo e Investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículos II	Fundo e Investimento	100,00%
Fundo e Investimento em Direitos Creditórios - Omni Veículos X	Fundo e Investimento	100,00%
Fundo e Investimento em Direitos Creditórios - Ellie	Fundo e Investimento	100,00%
Outras - art. 8º		
Omni Gestão e Cobrança Ltda (1)	Prestação de Serviços	100,00%
Omni Informática Ltda (1)	Prestação de Serviços	100,00%

(1) Empresas consolidadas em consonância com a Resolução no 2.723/00 do CMN e Instrução CVM no 247/96.

As Demonstrações financeiras consolidadas - conglomerado prudencial foram aprovadas em 02 de outubro de 2017.

3 Descrição das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações financeiras das Instituições que compõem o Conglomerado são apresentadas em reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que as Instituições operam.

b. Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério “*pro rata*” dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas relacionadas a operações no exterior, que são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

c. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros que são utilizados pela instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, cujos vencimentos sejam iguais ou inferiores a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

d. Estimativas contábeis

As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil que requerem que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, da provisão para contingências e a valorização de instrumentos financeiros, inclusive os derivativos e créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Omni revisa as estimativas e premissas a cada data de elaboração das demonstrações financeiras.

e. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

f. Aplicações interfinanceiras de liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

g. Títulos e valores mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

- (i) **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.
- (ii) **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.
- (iii) **Títulos disponíveis para venda** - Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

h. Instrumentos financeiros derivativos

A avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período. Entretanto, nos casos em que os instrumentos financeiros derivativos forem destinados a “*hedge*”, com prazos e taxas iguais ao da operação objeto de “*hedge*”, são contabilizados pelo valor de curva dos contratos, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado conforme Circular nº 3.150/02 do BACEN.

O montante de diferenciais a receber ou a pagar contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa “*pro rata*” dia até a data do balanço.

i. Operações de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores.

As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

j. Operações de arrendamento mercantil

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de:

- (a) Não cancelamento;
- (b) opção de compra; e
- (c) atualização prefixada e são contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme segue:
 - **Arrendamento a receber:** refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.
 - **Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor Residual Garantido (VRG):** registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas de contraprestação de arrendamento mercantil e valor residual a balancear ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/ insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais, de acordo com a Resolução nº 2.682/99, do CMN.

- **Imobilizado de arrendamento** - O imobilizado de arrendamento, demonstrado ao custo, é reduzido pela depreciação acumulada, calculada pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens, de forma acelerada em 30% e segundo determinação das Portarias MF nºs. 140/84 e 113/88, apenas quando o arrendatário for pessoa jurídica e o prazo total do arrendamento for superior a 40 % da vida útil do bem arrendado, ou, de acordo com o artigo 311 do DL 3000/99, quando tratar-se de bem usado, onde a taxa de depreciação poderá ser acelerada em até 50%.

A depreciação do imobilizado de arrendamento é contabilizada a débito da despesa de intermediação financeira - operações de arrendamento mercantil.

- (i) **Superveniência e insuficiência de depreciação:** Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registradas no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência. Consequentemente, a Instituição reconheceu no resultado do semestre de 2017 uma insuficiência de depreciação no valor de R\$ 173 (R\$ 2.455 em 2016). O saldo acumulado de superveniência de depreciação é de R\$ 11.881 (R\$ 9.437 em 2016) resultando na realização de uma provisão para imposto de renda diferido, classificado em outras obrigações de R\$ 2.970 (R\$ 2.359 em 2016). O prejuízo ao final do contrato, em função da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante da vida útil do bem objeto do arrendamento. O imposto de renda diferido oriundo do ajuste de superveniência é calculado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e registrado na rubrica “Outros Créditos - Diversos”.
- **Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa:** A provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo).

k. Venda ou transferência de ativos financeiros - Cessões de crédito

As cessões foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08, que trata das operações de créditos cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

Os ajustes decorrentes da reversão da PCLD registrada na carteira dos fundos são contabilizados na rubrica de “Outros Créditos” e os ajustes decorrentes da sensibilização do atraso das operações em comum entre os Fundos e a Instituição são contabilizados na rubrica de “Outras Obrigações”.

l. Outros valores e bens

Despesas antecipadas

As despesas com comissões de intermediação de operações de crédito são apropriadas pelo prazo da fluência dos respectivos contratos. Nos casos de liquidação antecipada ou cessão sem retenção substancial de risco das operações de crédito que originaram as comissões, o montante da despesa antecipada relacionada a essas operações é reconhecida integralmente no resultado.

Bens não de uso

Correspondentes a bens móveis disponíveis para a venda, recebidos em dação de pagamento em razão de créditos não performados. São ajustados a valor de mercado através de constituição de provisão de acordo com as normas vigentes.

m. Permanente

Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição ou formação e depreciado pelo método linear, utilizando as taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens, sendo: 10% para móveis, utensílios, instalações e sistemas de segurança e 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

n. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

É reconhecida uma perda por “*impairment*” se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por “*impairment*” são reconhecidas no resultado do período.

o. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base “*pro rata*” dia.

p. Empréstimos e repasses no exterior

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos de juros e da variação cambial até a data dos balanços.

q. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do período.

r. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

Os ativos e passivos contingentes e obrigações legais são avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 em 16 de dezembro de 2009.

A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica. Essa avaliação incorpora um alto grau de julgamento e subjetividade, e está sujeita às incertezas de uma previsão sobre eventos futuros. É entendido que as avaliações estão sujeitas às atualizações e/ou alterações.

- **Ativos contingentes** - São reconhecidos apenas quando da existência de evidências que assegurem que sua realização seja líquida e certa.
- **Passivos contingentes** - São reconhecidos contabilmente quando a opinião da administração e dos consultores jurídicos avaliarem a probabilidade de perda como provável. Os casos com chances de perda classificadas como possível, são divulgados em nota explicativa.
- **Obrigações legais** - São reconhecidas e provisionadas no balanço patrimonial, independentemente da avaliação das chances de êxito no curso do processo judicial.

s. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 120. A Lei nº 13.169, de 6 de outubro de 2015, majorou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) aplicável as instituições financeiras e assemelhadas. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 20% sobre o lucro tributável entre o período de 01 de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018, o percentual utilizado de 01 de janeiro de 2015 a 31 de agosto de 2015 foi de 15%.

t. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 31 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional que determinam que a Instituição deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, base negativa de contribuição social e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três semestres dos últimos cinco semestres sociais, incluindo o semestre em referência.
- Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

4 Composição de caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	2017	2016
No início do semestre	170.708	109.188
Disponibilidades	6.616	12.217
Aplicações no mercado aberto	158.080	94.561
Aplicações em depósitos interfinanceiros	6.012	2.410
No final do semestre	383.520	88.068
Disponibilidades	2.542	3.529
Aplicações no mercado aberto	380.978	78.005
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	6.534
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	212.812	(21.120)

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

a. Concentração por tipo e prazo de vencimento

	2017			2016
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Aplicações no mercado aberto - Posição bancada Letras Financeiras Tesouro - LFT	380.978	-	380.978	82.883
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	2.626	2.626	6.534
Total	380.978	2.626	383.604	89.417

6 Títulos e valores mobiliários

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

	2017				2016		
	Até 3 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor custo atualizado	Valor contábil
Notas do Tesouro Nacional -NTN B	-	-	-	-	-	-	224
Letra financeira do tesouro - LFT	-	11.237	11.768	11.127	34.132	34.132	63.339
Quotas de fundos de investimento	6.710	-	1.471	-	8.181	8.181	63.735
Certificado de depósitos bancários-CDB	1.077	-	-	-	1.077	1.077	-
Total	7.787	11.237	13.239	11.127	43.390	43.390	127.298

Em 30 de junho de 2017 as quotas de fundos de investimento, os títulos públicos federais e os títulos de capitalização estavam registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa e Balcão, no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC e na Instituição emissora dos títulos de capitalização, respectivamente.

O critério utilizado para marcação a mercado das aplicações em quotas de fundo de investimento é baseado no valor da cota divulgado pelo administrador do fundo e o valor de mercado das letras financeiras do tesouro e das notas do tesouro nacional é apurado com base nos preços dos ativos negociados no mercado secundário, divulgados pela Anbima - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

A atualização das aplicações em quotas de fundos de investimentos é efetuada com base no valor da quota divulgada pelos administradores dos fundos e os ajustes decorrentes da reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrado na carteira dos fundos e estão classificados no grupo de “Outros créditos”, nota explicativa nº 10. As letras financeiras do tesouro e as notas do tesouro nacional são atualizadas pela taxa básica de juros brasileira - Selic.

b. Resultado com títulos e valores mobiliários

	2017	2016
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	17.175	6.527
Rendas de aplicação em CDB	5	2.146
Rendas de aplicação em quotas de fundos de investimento	1.220	3.727
Resultado de aplicação em NTN - notas do tesouro nacional	-	309
Resultado de aplicação em LTN - letras do tesouro nacional	-	231
Resultado de aplicação em LFT - letras financeiras do tesouro	1.014	3.872
Prejuízo com títulos de capitalização	(71)	(69)
Total	19.343	16.743

7 Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição, com o objetivo de minimizar os possíveis impactos relativos a descasamentos de indexadores sobre seus instrumentos financeiros efetuou operações de “swap”.

Os contratos futuros são contabilizados pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente nas demonstrações de resultado da Omni.

a. Posição das operações

Em 27 de janeiro e 10 de março de 2017, a Omni adquiriu carteira de crédito de instituição financeira não ligada no montante de R\$ 501.575, com o objetivo de minimizar as possíveis perdas relativas à carteira adquirida, celebrou um Contrato de Opção de Venda de Direitos Creditórios e Outras Avenças, que garante a opção de venda até R\$ 50 milhões dos Direitos Creditório Inadimplentes em 28 de fevereiro de 2019, que excederem o valor da perda esperada.

Para a apuração do valor de mercado do derivativo, fez-se uma avaliação da probabilidade de realização do exercício da opção, baseando-se no comportamento histórico da carteira adquirida, métodos estatísticos e simulação de Monte Carlo.

Operações de Swap	2017				2016
	Valor Referencial	Valor da Curva Ativo	Valor da Curva Passivo	Diferencial a pagar/receber	Diferencial a pagar/receber
PTAX-V x VCP	-	-	-	-	544
CDI x PRE	-	-	-	-	1.137
Total	-	-	-	-	1.681

	Valor Referencial	Valor Custo Total	Resultado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Operações de Opções					
Opção de Venda de Direitos Creditórios	50.000	1.000	10.328	11.328	1
Total	50.000	1.000	10.328	11.328	1

Os valores a receber e a pagar de operações de swap e de opções estão registrados na rubrica “Instrumentos financeiros derivativos”, as operações de futuro são registradas na rubrica “Negociação e intermediação de valores” e os valores nominais estão registrados em contas de compensação.

b. Resultado com instrumentos financeiros derivativos

O valor das receitas e despesas líquidas, registradas no semestre de 2017 estão demonstrados a seguir:

	2017	2016
Contratos de swap	-	(5.356)
Contratos futuros	(9)	21.045
Contratos de opções	(10.328)	(2.608)
Total	(10.337)	13.081

c. Instrumentos financeiros derivativos - Margens dadas em garantia

A margem dada em garantia de operações negociadas na BMF&Bovespa com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R\$ 561 (R\$ 13.694 em 2016).

8 Operações de crédito

Os valores dos contratos de operações de crédito são representados pelo seu respectivo valor presente, apurado com base nas taxas contratuais de cada contrato.

a. Composição das operações de créditos e títulos e créditos a receber

	2017	2016
Empréstimos - Setor privado (i)	202.743	1.007.187
Operações de crédito vinculadas a cessão - empréstimos	7.569	32.420
Financiamentos - Setor privado (ii)	1.816.963	1.044.818
Operações de crédito vinculadas a cessão - financiamentos	84.731	630.662
Outros empréstimos - cartão de crédito	49.661	60.463
Outros financiamentos - cartão de crédito	12.151	17.724
Títulos e créditos a receber (Nota 10)	<u>43.977</u>	<u>33.462</u>
Total	<u>2.217.795</u>	<u>2.826.736</u>

(i) No semestre foram baixados para prejuízo o montante de R\$ 20.358 (R\$ 1,056 bilhões em 2016), referente as carteiras de créditos adquiridas;

(ii) No semestre foram adquiridas carteiras de créditos no montante de R\$ 593.103 (Nota 8e).

b. Composição da carteira de operações de créditos e títulos e créditos a receber por tipo de cliente e atividade econômica

	2017	2016
Industria	35	49
Comércio	308	164
Outros serviços	24.833	88.913
Pessoas físicas	<u>2.192.619</u>	<u>2.737.610</u>
Total	<u>2.217.795</u>	<u>2.826.736</u>

c. Composição da carteira de operações de créditos e títulos e créditos a receber por vencimento, considerando as parcelas dos contratos.

Faixas de vencimento	2017	2016
Créditos vencidos		
A partir de 15 dias	346.034	1.121.792
Créditos a vencer		
Até 3 meses	506.105	435.520
3 a 12 meses	837.054	735.902
1 a 3 anos	508.415	516.745
3 a 5 anos	<u>20.187</u>	<u>16.777</u>
Total	<u>2.217.795</u>	<u>2.826.736</u>

d. Composição da carteira de operações de créditos e títulos e créditos a receber, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682 do CMN

2017					
Nível	Empréstimos e Financiamentos	Títulos e créditos a receber (i)	Total da carteira	%	Provisão
A	757.875	10.161	768.036	0,5	3.840
B	532.378	15.235	547.613	1	5.476
C	240.911	10.505	251.416	3	7.542
D	127.207	7.600	134.807	10	13.480
E	72.546	91	72.637	30	21.791
F	56.728	44	56.772	50	28.386
G	51.624	41	51.665	70	36.165
H	334.549	300	334.849	100	334.849
Total	<u>2.173.818</u>	<u>43.977</u>	<u>2.217.795</u>		<u>451.529</u>

2016					
Nível	Empréstimos e Financiamentos	Títulos e créditos a receber (i)	Total da carteira	%	Provisão
A	451.178	4.439	455.617	0,5	2.278
B	592.782	12.838	605.620	1	6.056
C	338.950	9.527	348.477	3	10.455
D	152.163	6.275	158.438	10	15.844
E	81.927	60	81.987	30	24.596
F	56.689	35	56.724	50	28.362
G	47.237	34	47.271	70	33.090
H	1.072.348	254	1.072.602	100	1.072.602
Total	<u>2.793.274</u>	<u>33.462</u>	<u>2.826.736</u>		<u>1.193.283</u>

(i) Contempla o saldo de cartão de crédito.

e. Aquisição de carteiras

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2017 e 2016, foram adquiridas operações de crédito de empréstimos e financiamentos classificadas como “operação com transferência substancial dos riscos e benefícios”, conforme demonstrado abaixo:

Aquisição de Carteiras	2017		
	Carteira de crédito Ativa	Carteira de crédito não performada	Total Adquirido
Valor principal carteira adquirida	593.103	809.097	1.402.200
(-) Provisões para devedores duvidosos	(112.843)	(809.097)	(921.940)
Valor contábil da carteira adquirida	480.260	-	480.260
Custo nas aquisições das carteiras	499.952	4.456	504.408
Montante pago nas aquisições	499.952	4.456	504.408
	2016		
	Carteira de crédito Ativa	Carteira de crédito não performada	Total Adquirido
Valor principal carteira adquirida	819.337	1.804.116	2.623.453
(-) Provisões para devedores duvidosos	(819.337)	(1.804.116)	(2.623.453)
Valor contábil da carteira adquirida	-	-	-
Custo nas aquisições das carteiras	42.401	75.112	117.513
Deságio nas aquisições das carteiras	-	-	-
Montante pago nas aquisições	42.401	75.112	117.513
	2017		
Movimentação deságio e custo	Realização deságio	Amortização custo	
Saldo no início do exercício	7.422	230.705	
(+) Novas aquisições	-	24.211	
(-) Realização/ amortização 2017	(3.501)	(42.178)	
Total em 30 de junho de 2017	3.921	212.738	
	2016		
Movimentação deságio e custo	Realização deságio	Amortização custo	
Valores Iniciais	20.273	160.960	
(+) Novas aquisições	-	117.685	
(-) Realização/ amortização 2016	(7.461)	(18.546)	
Total em 30 de junho 2016	12.812	260.099	

f. Resultado das operações de crédito

	2017	2016
Rendas de empréstimos	52.489	35.584
Rendas de financiamentos	343.286	224.315
Rendas de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (i)	22.282	117.987
Resultado na cessão de operações de crédito (ii)	(3.857)	(565)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	252.885	91.564
Outras rendas de cartão de crédito	7.375	12.663
Total	674.460	481.548

- (i) Refere-se ao resultado com operações de crédito vinculadas a cessão de acordo com a Resolução nº 3.533.
- (ii) Refere-se ao resultado com operações de créditos cedidos antes da Resolução nº 3.533.

g. Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2017	2016
Saldo no início do semestre/ exercícios	346.801	1.312.756
Constituição (i)	293.654	981.811
Reversão (ii)	(2.558)	(28.115)
Baixados para prejuízo	(186.368)	(1.073.169)
Saldo no fim do semestre/ exercícios	451.529	1.193.283
(-) PCLD/(+) Reversão relativo a Omni Arrendamento Mercantil	(772)	1.168
(-) PCLD/(+) Reversão relativo a Multibens	566	(1.437)
(-) PCLD relativo a Omni Securitizadora	(313)	-
Total de Provisões registradas em outras rubricas (iii)	(519)	(269)

- (i) A PCLD constituída no semestre está representada pelas operações originadas das carteiras adquiridas no valor de R\$ 116.838 (R\$ 810.099 em 2016) (nota 8e), pelo saldo de PCLD relativo ao Banco Pecúnia em maio/2017 no montante de R\$ 1.890, o qual não transitou no resultado e pela provisão da PCLD em curso normal no valor de R\$ 174.926 (R\$ 171.712 em 2016).
- (ii) A reversão da PCLD no montante de R\$ 20.558 (R\$ 55.908 em 2016), foi impactada pela baixa dos créditos para prejuízo nos Fundos de Investimentos Direitos Creditórios, pela recompra de créditos vencidos há mais de 360 dias e pela baixa de recebimento de parcelas em prejuízo no montante de R\$ 18.000 (R\$ 27.793 em 2016).
- (iii) Adicionalmente a linha de PCLD está representada pelas provisões de operações originadas das empresas Omni Arrendamento Mercantil no montante de (R\$ 772) (reversão de R\$ 1.168 em 2016) registrada na rubrica "Operações de Arrendamento Mercantil", pelas operações originadas da empresa Multibens no montante de R\$ 566 ((R\$ 1.437) em 2016) e pelas operações da empresa Omni Securitizadora no montante de (R\$ 313) (R\$ 0 em 2016), registradas na rubrica "Outros Créditos Diversos".

9 Operações de arrendamento mercantil

O valor dos contratos de arrendamento mercantil é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses valores em atendimento às normas do Banco Central do Brasil são apresentados em diversas contas patrimoniais as quais são resumidas como segue:

a. Composição da carteira de arrendamento

	2017	2016
Arrendamento a receber - setor privado	6.116	8.563
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(5.826)	(8.346)
Imobilizado de arrendamento	29.039	25.679
Credores por antecipação de valor residual - VRG	(15.757)	(11.862)
	<u>13.572</u>	<u>14.034</u>
Valor presente da carteira de arrendamento mercantil	13.572	14.034

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base no valor presente dos contratos de arrendamento mercantil de acordo com a Res. 2.682/99. No saldo findo em 30 de junho de 2017 o grupo de arrendamento mercantil a receber ficou com o saldo credor em decorrência da provisão constituída e do valor residual antecipado.

b. Classificação por atividade

	2017	2016
Comércio	792	139
Serviços	3.683	5.066
Pessoas físicas	9.097	8.789
Outros	-	40
	<u>13.572</u>	<u>14.034</u>
Total	13.572	14.034

c. Diversificação por prazo

Setor privado		
	2017	2016
Vencidos a partir de 15 dias	1.059	785
A vencer até 90 dias	2.391	1.807
A vencer de 3 meses a 1 ano	5.407	4.976
A vencer de 1 a 5 anos	4.715	6.466
	<u>13.572</u>	<u>14.034</u>
Total	13.572	14.034

A diversificação por prazo é efetuada com base nos vencimentos das parcelas dos contratos ativos.

d. Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa

O risco dos saldos a valor presente da carteira de arrendamento mercantil e a provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa, como requerido pela Resolução CMN nº 2682/99 em 30 de junho de 2017, estavam assim distribuídos.

e. Movimentação da provisão

	2017	2016
Saldo Inicial	1.957	1.597
Constituição	2.524	1.730
Reversão	(1.752)	(805)
Baixados para prejuízo	(514)	(562)
	2.215	1.960
Saldo no final	2.215	1.960

f. Composição por níveis de riscos

2017			
Nível de risco	Base de cálculo	Provisão%	Provisão
A	2.190	0,5	11
B	3.900	1,0	39
C	3.245	3,0	97
D	1.232	10,0	123
E	800	30,0	240
F	572	50,0	286
G	714	70,0	500
H	919	100,0	919
	13.572		2.215
Total	13.572		2.215

2016			
Nível de risco	Base de Base de cálculo	Provisão %	Provisão
A	4.109	0,5	21
B	1.765	1,0	18
C	2.050	3,0	62
D	4.388	10,0	439
E	238	30,0	71
F	97	50,0	48
G	287	70,0	201
H	1.100	100,0	1.100
	14.034		1.960
Total	14.034		1.960

10 Outros créditos - Diversos

	2017	2016
Rendas a receber	1.169	1.616
Adiantamentos diversos	4.417	5.377
Créditos tributários de impostos e contribuições	190.600	173.641
Devedores por depósitos em garantia (i)	53.297	7.003
Impostos e contribuições a compensar (ii)	8.152	4.301
Títulos e créditos a receber (iii)	43.977	33.462
Devedores diversos - país (iv)	238.730	276.066
Devedores diversos - exterior	331	1.605
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa - cartões de crédito	(1.656)	(1.376)
Total	539.017	501.695

- (i) Depósitos bancários ao poder judiciário para garantia em ações judiciais.
- (ii) Representados por impostos e contribuições antecipados para compensação futura.
- (iii) Representados por valores a receber de clientes da operação de cartão de crédito a vencer.
- (iv) Composto pelo saldo remanescente do valor pago na aquisição das carteiras de créditos, que serão realizados de acordo com a expectativa de recebimento dos créditos.

11 Outros valores e bens

a. Bens não destinados a uso

Correspondentes a veículos disponíveis para venda, recebidos em dação de pagamento. São ajustados a valor de mercado, de acordo com as normas vigentes. Em 30 de junho de 2017 seus saldos totalizavam R\$ 3.472 (R\$ 2.845 em 2016).

b. Despesas antecipadas

Referem-se, basicamente, a:

	2017	2016
Comissão s/ colocação dos FIDC's	1.344	7.425
Comissão s/ colocação DPGE	-	13
Comissão s/ colocação LC	6.328	6.783
Custos de originação de operações de crédito	33.643	68.003
Consultoria estratégica	15.840	25.036
Outras	493	734
Total	57.648	107.994

As comissões pagas pela originação das operações de créditos até 31 de dezembro de 2015, são reconhecidas durante o tempo de duração dos contratos e seu valor de apropriação é calculado pelo método linear.

Conforme circular 3.693/2013 do Bacen, as comissões pagas pela originação das operações de créditos, ocorridas em 2015 e 2016 são reconhecidas a resultado 1/3 e 2/3 respectivamente no ato do registro no ativo, e o saldo restante durante o tempo de duração dos contratos, limitado a 36 meses.

12 Imobilizado de arrendamento

	2017	2016
Veículos e afins	5.950	9.050
Máquinas e equipamentos	<u>21.545</u>	<u>15.199</u>
Subtotal	<u>27.495</u>	<u>24.249</u>
Superveniência de depreciação	11.881	9.437
Depreciações acumuladas	<u>(10.337)</u>	<u>(8.007)</u>
Subtotal	<u>1.544</u>	<u>1.430</u>
Total	<u>29.039</u>	<u>25.679</u>

O seguro do imobilizado de arrendamento é contratado pelos respectivos arrendatários, conforme estabelecido em cláusula contratual.

13 Obrigações

a. Abertura por prazo de vencimento

	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total 2017	Total 2016
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-	-	-	14.223
Depósitos a prazo	147.145	94.820	120.614	19.934	206.990	18.720	608.223	522.344
Recursos de aceites cambiais - letras de câmbio	199.462	458.419	676.781	70.088	28.900	25.737	1.459.387	982.495
Letras financeiras subordinadas	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>98.340</u>	<u>98.340</u>	<u>83.412</u>
Total	<u>346.607</u>	<u>553.239</u>	<u>797.395</u>	<u>90.022</u>	<u>235.890</u>	<u>142.797</u>	<u>2.165.950</u>	<u>1.602.474</u>

b. Despesas com operações de captação do mercado

	2017	2016
Depósitos interfinanceiros	(555)	(1.707)
Depósitos a prazo	(45.574)	(44.009)
Despesas de operações compromissadas	(36)	(11)
Recursos de aceites cambiais	(98.924)	(76.787)
Custo cota sênior	(6.319)	(42.441)
Debêntures	-	(3.641)
Outras despesas de captação	<u>(1.843)</u>	<u>(1.418)</u>
Total	<u>(153.251)</u>	<u>(170.014)</u>

14 Outras obrigações - diversas

	2017	2016
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (i)	292	4.390
Provisão para pagamentos a efetuar	6.984	3.206
Provisão para passivos contingentes (ii)	89.005	19.745
Credores diversos - país:		
Comissões a pagar (iii)	6.091	4.195
Credores a repassar (iv)	105.299	3.187
Contas a pagar Bandeira - Private Label e Visa (v)	44.312	47.910
Outras contas a pagar	9.249	11.973
Outras obrigações	12.757	8.637
Total	273.989	103.243

- (i) Refere-se ao valor presente das cessões de operações de crédito, com retenção substancial de risco e benefícios de acordo com a Res. nº 3.533/08, atualizados de acordo com a taxa de cessão do contrato.
- (ii) A provisão para passivos contingentes está representada por ações cíveis e trabalhistas (Nota explicativa nº 15).
- (iii) As comissões a pagar estão representadas pelos valores devidos aos correspondentes bancários credenciados pela Instituição.
- (iv) Composto, substancialmente, pelo saldo a pagar para não ligadas, referente a carteiras Instituições Financeiras adquiridas no semestre. O saldo deverá ser liquidado em 28 de fevereiro de 2019, com juros compostos acumulados calculados pela taxa Selic.
- (v) Contas a pagar - Bandeiras estão representadas por valores a repassar a bandeira Visa e aos estabelecimentos que possuem os cartões “private-label”, referente a compras efetuadas com o cartão de crédito.

15 Provisão para passivos contingentes

a. Composição das provisões

A Instituição é parte em processos judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais existentes, classifica as contingências em Remota, Possível e Provável, levando-se em conta as possibilidades de ocorrência de perda.

Movimentação das provisões

	2017			
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	(Reversão)	Saldo em 30/06/2017
Ações fiscais	45.932	1.690	-	47.622
Ações trabalhistas e cíveis (i)	39.493	10.172	-8.282	41.383
Total	85.425	11.862	-8.282	89.005
	2016			
	Saldo em 31/12/2015	Constituição	(Reversão)	Saldo em 30/06/2016
Ações trabalhistas e cíveis (i)	17.588	6.227	-4.070	19.745
Total	17.588	6.227	-4.070	19.745

- (i) Refere-se à provisão para perdas com ações judiciais de natureza cível e trabalhista movidas contra a Instituição. A provisão é apurada com base no valor estimado de perda de realização das causas de acordo com o parecer das assessorias jurídica.

16 Imposto de renda e contribuição social

Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2017		2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social,	32.795	32.795	10.585	10.585
Adições	414.019	413.846	341.239	341.239
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	175.608	175.608	172.887	172.887
Provisão para perdas outros valores e bens	489	489	91	91
Provisão para contingências	9.500	9.500	6.227	6.227
Provisões Operacionais	2.500	2.500	18.491	18.491
Provisões Participação no resultado	2.306	2.306	700	700
Deságio na aquisição de carteiras	-	-	17.877	17.877
Recuperação de prejuízo fiscal	12.300	12.300	6.643	6.643
Participação em controladas/ligadas	1.102	1.102	2.072	2.072
Despesas não dedutíveis	261	261	305	305
Recuperação na Cessão de Crédito	262	262	-	-
Recebimentos Carteiras Adquiridas	208.900	208.900	115.946	115.946
Outras Adições	618	618	-	-
Adição Temporária - Insuficiência Depreciação	173	-	-	-
Exclusões	(437.294)	(437.294)	(350.423)	(347.968)
Reversão de provisão de créditos de liquidação duvidosa	(24.067)	(24.067)	(60.971)	(60.971)
Reversão de provisão para perdas outros valores e bens	(14)	(14)	(890)	(890)
Reversão de Provisões Operacionais	(451)	(451)	(18.526)	(18.526)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	(252.579)	(252.579)	(91.564)	(91.564)
Realização de provisão para créditos de liquidação duvidosa - Lei nº 9.430	(125.338)	(125.338)	(149.816)	(149.816)
Reversão de provisão para contingências	(6.425)	(6.425)	(3.793)	(3.793)
Reversão de provisão de participação no resultado	(3.307)	(3.307)	(700)	(700)
Perdas na Cessão de Crédito	(4.185)	(4.185)	(4.971)	(4.971)
Outras Exclusões	(10.516)	(10.516)	(70)	(70)
Superveniência Depreciação	-	-	(2.455)	-
Impostos correntes	(3.855)	(1.938)	(2.958)	(1.198)
Ativo fiscal diferido	2.802	2.271	2.358	1.968

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O Capital social é de R\$ 164.088 (R\$ 164.088 em 2016) e está representado por 211.672.663 (211.672.663 em 2016) ações, sendo 186.862.543 ON (186.862.543 em 2016) e 24.810.120 PN (24.810.120 em 2016), totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

b. Reservas de lucros

A reserva legal deve ser constituída obrigatoriamente a base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitado a 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital.

c. Dividendos

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido do semestre, deduzido a reserva legal, exceto na ocorrência da hipótese prevista no § 3 do artigo 202 da lei 6.404/76 que prevê a possibilidade de retenção de todo lucro pela sociedade. O saldo remanescente, se houver, terá a aplicação que lhe destinar a assembleia geral, por proposta da diretoria, observadas às disposições legais.

d. Reservas especiais de lucros

O saldo das reservas especiais de lucros é oriundo de lucros após as destinações legais.

18 Receita de Serviços

	2017	2016
Receita de avaliação e cadastro	20.146	31.631
Anuidade cartão de crédito	9.729	8.142
Comissão sobre compras cartão	3.785	4.136
Intermediação de seguros	3.248	1.477
Outras receitas	10.336	6.626
	<u>47.244</u>	<u>52.012</u>

19 Despesa de pessoal

	2017	2016
Remuneração	(13.025)	(10.066)
Encargos	(4.812)	(3.367)
Benefícios	(3.512)	(2.680)
Treinamento	(450)	(27)
Provisão/ (reversão) de PPR	(4.287)	105
	<u>(26.086)</u>	<u>(16.035)</u>

20 Outras despesas administrativas

	2017	2016
Despesas de aluguéis	(2.882)	(2.892)
Comunicações	(4.369)	(3.285)
Processamento de dados	(4.967)	(5.121)
Promoções e relações públicas	(344)	(57)
Propaganda e publicidade	(126)	(179)
Seguros	(24)	(21)
Serviços do sistema financeiro	(8.359)	(7.758)
Serviços de terceiros (i)	(132.887)	(109.944)
Serviços técnicos especializados (ii)	(5.443)	(8.886)
Despesa de transporte	(500)	(346)
Despesa com despachante	(416)	(561)
Emolumentos judiciais e cartorários	(12.579)	(12.004)
Taxas e notificações	(4.852)	(2.415)
Juros e encargos adesão refis	(2.034)	(3.115)
Outras despesas administrativas	(3.125)	(6.670)
	<u>(182.907)</u>	<u>(163.254)</u>

(i) Composto, substancialmente, por comissões.

(ii) Composto, substancialmente, por gastos com consultoria jurídica e consultoria em gestão de recebíveis.

21 Despesas tributárias

	2017	2016
Despesa com COFINS	(14.581)	(13.107)
Despesa com ISS	(3.174)	(4.057)
Despesa com PIS	(2.419)	(2.185)
Outras	(55)	(157)
	<u>(20.229)</u>	<u>(19.506)</u>

22 Outras receitas operacionais

	2017	2016
Recuperação de encargos e despesas	2.182	2.231
Atualização de impostos à compensar	142	306
Ações com perdas e danos	1.165	-
Reversão de provisões operacionais	11	852
Desagio na aquisição de carteira	3.502	7.461
Outras rendas operacionais	8.885	1.306
	<u>15.887</u>	<u>12.156</u>

23 Outras despesas operacionais

	2017	2016
Descontos concedidos	(137.113)	(46.956)
Perdas em ações de perdas e danos	(11.004)	(8.737)
Perdas com fraudes	(196)	(225)
Custo na aquisição de carteiras	(42.839)	(18.515)
Outras despesas operacionais - cartão de crédito	(1.183)	(1.466)
Outras despesas operacionais	(6.396)	(3.285)
	<u>(198.731)</u>	<u>(79.184)</u>

24 Transações com partes relacionadas

a. Remuneração dos empregados e administradores

De acordo com o Estatuto Social da Instituição, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores.

Os gastos com honorários da diretoria foram no montante de R\$ 3.289 (R\$ 2.222 em 2016).

A Instituição concede benefícios de curto prazo aos empregados, tais como: participações nos lucros e benefícios não-monetários (assistência médica, vale alimentação e refeição).

A Instituição não concede benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros de longo prazo para os seus empregados.

b. Saldos com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas (acionistas, familiares, diretores e sociedades ligadas aos acionistas ou familiares), relativos à captação de recursos constantes nas rubricas de depósitos a prazo, recursos de aceites cambiais e instrumentos de dívida elegíveis a capital totalizam R\$ 336.849 (R\$ 298.672 em 2016), e são remunerados a uma taxa que varia entre 100% à 148% do CDI, de acordo com o prazo da aplicação.

25 Indicadores de risco (Basileia) e limites operacionais

	2017	2016
Patrimônio de referência	373.362	330.265
Patrimônio de referência nível I	373.362	330.265
Capital Principal - CP	275.022	246.853
Capital Complementar - CC (Instrumentos Híbridos)	98.340	83.412
Patrimônio de referência total (nível I + nível II)	373.361	330.265
Patrimônio de referência (a)	373.361	330.265
RWACpad - crédito	174.769	182.788
RWAMpad - PCam	11	-
RWAOpad - operacional	62.105	53.239
Patrimônio de referência exigido (b)	236.885	236.027
Margem (a- b)	136.477	94.238
Rban - Juros carteira não negociável (c)	36.729	16.563
Margem (a- c)	336.633	313.702
Ativo ponderado pelo risco (i) (ii) (d)	2.560.910	2.390.145
Índice de Basileia (a/d)	14,58%	13,82%

- (i) A partir de 1º de outubro de 2017, através da Resolução nº 4.192 e 4.193 do CMN, implantou-se nova metodologia de apuração de 9,25% do RWA (Risk Weight Asset) com base no Patrimônio de Referência.
- (ii) A partir de 1º de janeiro de 2015, através das Resoluções nº 4.278 e 4.192 do CMN, o cálculo do índice da Basileia aplica-se às instituições integrantes do conglomerado prudencial.

26 Outras informações

a. Estrutura de Gerenciamento de Risco Operacional, Mercado e Crédito

O Conglomerado Econômico Financeiro da Omni, atendendo às disposições da Resolução do Conselho Monetário Nacional N°s 3.380/06, 3.464/07 e 3.721/09 e suas alterações, possui estrutura de Gerenciamento de Riscos Operacional, Mercado e Crédito, respectivamente, segregada das áreas de negócio e auditoria interna, bem como estão capacitadas a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar seus riscos, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados.

Todas as estruturas de Gerenciamento de Riscos são direcionadas para avaliação dos riscos de todas as linhas de negócio do seu Conglomerado Econômico Financeiro, bem como todos os produtos oferecidos, pautadas em políticas e procedimentos documentados.

Para o cálculo da parcela do Patrimônio de Referência Exigido (PRE) referente ao Risco Operacional, a OMNI adotou a Abordagem do Indicador Básico, conforme disposições do Art. 5º da Circular n.º 3.383, de 30 de abril de 2008, publicada pelo Banco Central do Brasil, sendo que o Conglomerado possui estrutura de capital suficientemente robusto para comportar sem maiores dificuldades a incorporação desta metodologia.

Um melhor detalhamento da estrutura de gerenciamento de riscos e está descrito no relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico www.omni.com.br (não auditado).

b. Eventos subsequentes

A Omni S.A. - Crédito Financiamento e Investimento em 18 de fevereiro de 2016, assinou um contrato de compra e venda para aquisição de 100% das ações do Banco Pecúnia S.A detidas pelo Banco Société Générale Brasil S.A. Em 03 de maio de 2017 o Banco Central por meio do Ofício 8008/2017, aprovou a transferência do controle acionário do Banco Pecúnia S/A. para a Omni S.A., Crédito, Financiamento e Investimentos a operação foi devidamente concluída em 31 de maio de 2017.

A administração da Instituição declara que não tem mais nenhum conhecimento de eventos subsequentes que tenham efeitos relevantes nas informações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2017.

* * *

Diretoria

William Gouveia Lima
Contador CRC 1SP273890/O-0